

O potencial inovador e de co-produção social em soluções de regeneração urbana

The innovative potential and social co-production in urban regeneration solutions

DOI: 10.34140/bjbv3n1-065

Recebimento dos originais: 20/11/2020

Aceitação para publicação: 20/12/2020

Beatriz Silva

Doutoranda em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Sociais
Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal
E-mail: beatrizcaitana@ces.uc.pt

Isabel Ferreira

Doutoranda em Sociologia - Cidades e Culturas Urbanas pela Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Sociais
Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal
E-mail: isabelferreira@ces.uc.pt

Nathalie Nunes

Doutoranda em Sociologia do Direito pela Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Sociais
Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal
E-mail: nathalienunes@ces.uc.pt

RESUMO

A procura de soluções baseadas na natureza (NBS), no âmbito do Programa Quadro Comunitário Horizonte 2020, é um exemplo de como os desafios sociais têm vindo a assumir a responsabilidade de reformular o espaço urbano a partir da relação dos cidadãos com o seu meio e do aumento da inclusão social, a par da resiliência climática e hídrica e do aumento da biodiversidade. Como resposta, o projeto URBINAT propõe uma abordagem colaborativa de co-produção, co-design, co-implementação no desenho de soluções de regeneração urbana baseadas em dois eixos principais: por um lado arte e cultura e, por outro lado, mas em ação conjunta, a economia social e solidária. Se no primeiro eixo objetiva-se evidenciar as ferramentas artísticas que se pode dispor para processos de co-criação de soluções nas comunidades, no segundo procura-se evidenciar as potencialidades que a economia social inovadora traz para a regeneração e inclusão social e económica das comunidades. O presente texto procura explorar os contributos socialmente inovadores destes dois eixos, em contextos de regeneração de zonas urbanas massificadas. O presente texto foi elaborado em 2017 e reflete a experiência de constituição do consórcio URBINAT que nasceu como candidato à concessão de financiamento para a criação de uma rede de cidades em que parcerias multisetoriais irão fomentar a inovação social para integrar bairros marginalizados num desenvolvimento urbano

diferenciado.

Palavras-chave: conhecimento, co-produção, regeneração urbana, soluções baseadas na natureza.

ABSTRACT

The demand for nature-based solutions (BSS) under the Horizon 2020 Community Framework Program is an example of how societal challenges are taking on the responsibility to reformulate the urban space, based on the relationship between citizens and their environment and on the rise of social inclusion, along with climate and water resilience and increased biodiversity. In response, the URBINAT project proposes a collaborative approach of co-production, co-design and co-implementation in the design of urban regeneration solutions based on two main axes: on the one hand art and culture, on the other hand, but in joint action, social and solidarity economy. If in the first axis the objective is to show how artistic tools can be used to co-create solutions in communities; in the second, the project seeks to highlight the potentialities that the innovative social economy brings to the regeneration and social and economic inclusion of communities. The present paper seeks to explore the socially innovative contributions of these two axes, in contexts of regeneration of mass urban areas. The URBINAT consortium is emerging as a candidate for funding to create a network of cities where multi-sector partnerships will foster social innovation to integrate marginalized neighbourhoods into differentiated urban development.

Keywords: knowledge, co-production, urban regeneration, nature-based solutions.

1 INTRODUÇÃO¹²

O mundo social é tão plural e tão diverso que, cada vez mais, exige perspectivas analíticas suficientemente abrangentes que permitam melhor compreender a complexidade dos fenômenos que o define. Muitas são as abordagens analíticas que as ciências sociais têm vindo a desenvolver. Deste conjunto de teorias mais recentes, a abordagem da sociedade do risco de Ulrich Beck (1992) parece-nos adequada para as reflexões ventiladas neste ensaio. Para Beck a sociedade do “risco” é aquela que vem substituir a velha sociedade industrial. Nela, a condição da vida humana assume-se em constante risco de que os seus diferentes sistemas de ação colapsem (Beck, 1992). Assim, e não por acaso, boa parte das ações dos indivíduos nos sistemas sociais implicam alguma insegurança e incerteza sobre os efeitos que as suas escolhas terão no presente e no futuro (Beck, 1992).

As mudanças climáticas, o colapso das economias, o aprofundamento das desigualdades sociais, o alargamento dos grupos sociais excluídos, as crises dos sistemas políticos são alguns dos inúmeros fenômenos de uma sociedade do risco e em risco, especialmente, neste último período de intensa globalização e industrialização e, conseqüentemente, de forte impacto nas condições ecológicas e da vida humana. Reformular o espaço urbano a partir da relação dos cidadãos com o seu meio e do aumento da inclusão social, a par da resiliência climática e hídrica e do aumento da

¹ O presente texto foi originalmente elaborado e apresentado no âmbito do Congresso Internacional de Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo – Práticas de empreendedorismo e inovação social: perspectivas e estratégias realizado na cidade de Coimbra – Portugal em 2016.

² O presente texto está escrito em português de Portugal.

biodiversidade, assume-se como imperativo de primeira grandeza neste novo século.

Diante da variedade de perspectivas para se pensar o risco e a crise social e ecológica mais recentes, torna-se urgente repensar algumas questões e alternativas: seria possível o desenho de soluções baseadas na natureza capazes de integrar saberes e fazeres científicos e não científicos? Em que condições o conhecimento poderia ser considerado como um elemento chave para esta interação e inclusão, já que é também ele parte de uma monocultura de saberes que apenas se retroalimenta pela sua cientificidade? Como pensar e agir de forma alternativa aos centros hegemônicos de produção científica que desconsideram outros conhecimentos (práticos, de senso comum, táticos, plebeus, etc.), e que transformam outros tempos, saberes e práticas em inexistentes nas sociedades capitalistas e, desta forma, geram outras injustiças sociais (Santos, 2002, 2006)? Como estabelecer as condições inovadoras de uma renovação científica com objetivo de reinvenção da emancipação social (Santos, 2002)? Como gerar novas articulações entre ciência e conhecimentos alternativos numa relação mais igualitária a serviço das tarefas de emancipação social (Santos, 2002)? Neste sentido, e no caso da regeneração de bairros marginalizados e sua integração num desenvolvimento urbano diferenciado, de que forma a comunidade poderá participar no desenho das soluções para o meio urbano?

Neste trabalho, tendo por base a constituição de um consórcio URBINAT como candidato à concessão de financiamento para a criação de uma rede de cidades no âmbito de uma candidatura para o Programa de Inovação e Pesquisa - Horizonte 2020 de Soluções Baseadas na Natureza (NBS), propõe-se analisar, a partir de dois eixos, as potencialidades da co-produção na definição de respostas face aos efeitos decorrentes da crise ecológica e seu impacto na sociedade. No primeiro eixo, objetiva-se evidenciar as ferramentas artísticas que se pode dispor para processos de cocriação de soluções nas comunidades, no segundo procura-se evidenciar as potencialidades que a economia social e solidária inovadora traz para a regeneração e inclusão social das comunidades. Em ambos os eixos, a reflexão conceitual proposta procura analisar as possibilidades de associação do conhecimento científico às relações de interconhecimento com saberes das comunidades, os quais, na maioria dos casos, encontram-se do outro lado da “linha abissal” epistemológica (Santos, 2006).

2 CONHECIMENTO: MONOCULTURAS E A COLONIALIDADE DO SABER

A sociologia do conhecimento ou o conhecimento na sociologia procura analisar as relações existentes entre o pensamento humano e o contexto social dentro do qual surge. Um dos seus importantes contributos foi a compreensão da realidade como sendo uma construção social (Berger & Luckmann, 2004). Parte do pressuposto que, como afirma Santos (2010), todo conhecimento científico-natural é científico-social, assentando no princípio de que o conhecimento humano desenvolve-se e mantém-se em situações sociais reais. Portanto, a ciência do conhecimento

interessa-se particularmente pela complexidade da ação humana.

Segundo afirma Berger e Luckmann (2004), a ordenação do pensamento humano na sociedade faz com que este não esteja imune às influências ideológicas de seu contexto social. Ou seja, as mais complexas e diversas formas de interação social condicionam e alteram categorias básicas do pensamento social. E é por isso, tal como as categorias sociológicas de análise da sociedade têm vindo a mudar, a distinção dicotômica entre ciências naturais e ciências sociais deixou de ter sentido e utilidade (Santos, 2010).

A ideia de um conhecimento científico distante do contexto histórico, social, cultural e político que o circunda, é contestada com o emergir de estudos oriundos da filosofia e sociologia que nos dão conta de uma variedade de teses contestatórias do caráter neutro do conhecimento. Mannheim *apud* Berger e Luckmann (2004) utiliza a perspectiva epistemológica do “relacionismo”, como sendo o reconhecimento de que o conhecimento tem sempre de ser conhecimento a partir de uma certa posição. Outros autores do campo dos estudos da ciência, tecnologia e sociedade também contestam a visão instrumental sobre o conhecimento (Feenberg, 2010; Barbosa, 2003) ao abordarem o seu uso como forma de dominação e controlo, ou ainda, como resultado de desigualdades nas forças produtivas.

O conhecimento está amplamente difundido no quotidiano das sociedades modernas, transformado e aplicado nas mais variadas situações, disseminando-se nos objetos materiais e imateriais e exercendo forte influência e poder em quase todos os domínios, situando-se assim num patamar de importância singular. Não por acaso Jessop (2008) aplica a bordagem da economia política cultural para referir o surgimento de uma economia baseada no conhecimento, como sendo o imaginário económico hegemónico da atual fase do capitalismo. O autor indica algumas das implicações que essa transformação em imaginários económicos e sua tradução em políticas económicas traz para novas formas de produtividade do sistema de educação geral e do ensino superior em particular. O conhecimento é transformado, e a sua conceção mais atual é a sua transformação nas sociedades capitalistas em mercadoria – mercantilização do conhecimento-, a exclusão de tudo aquilo que não se enquadra no cânone científico e as injustiças sociais e cognitivas que dele derivam (Fraser, 2006).

O conhecimento também é visto como uma forma de poder desigual, a partir do qual diferentes formas de injustiças cognitivas são reproduzidas. Quijano (2009) designa como colonialidade do poder e do saber, em que o conhecimento é um instrumento de manutenção do poder e do poder simbólico que ele representa. Para Meneses (2008), se o considerarmos enquanto recurso de produtividade o seu uso será infinitamente diferente no que se refere a relação norte-sul

do ponto de vista das epistemologias do sul³. Nessa relação, o conhecimento no norte representa o desenvolvimento, o progresso, o avanço, o império, enquanto ao sul é atribuída a sua condição de atrasado, exótico, colonizado, obsoleto, subdesenvolvido (Meneses, 2008). Nesta relação o conhecimento é tomado como símbolo da persistência de uma relação colonial, efeitos de um processo classificado por Meneses (2008) como sendo a colonização epistémica.

O acesso à produção do conhecimento e à informação seria então, a forma mais atual da relação colonial na sociedade, do exercício violento do poder pelo não reconhecimento de saberes fora do cânone científico, pelo caráter fechado dos processos de produção do conhecimento, e pela escalada do crescimento da exclusão social em função do não acesso ao conhecimento e à informação (Quijano, 2009; Santos, 2006).

A história social do mundo, quase sempre feita a partir de uma única leitura eurocêntrica, definiu os lugares do mundo e seus respectivos significados. A compreensão do mundo, como afirma Santos (2006), excede em muito a compreensão ocidental do mundo, e, portanto, há outras formas de ser e estar que ainda são desconhecidas, invisibilizadas e inexistentes. Trata-se de uma compreensão limitada em que a multiplicidade e a pluralidade de mundos e tempos é reduzida⁴ de forma a responder exclusivamente às necessidades do capitalismo ocidental globalizado (Santos, 2006:88).

Os lugares no mundo ultrapassam então definições de eixos cardinais dicotômicos Norte/Sul e enquadram-se numa tricotomia centro, semiperiferia e periferia. A posição relativa dos países no sistema mundial é esclarecida por Santos em um artigo onde aborda o conceito de semiperiferia:

O conceito de semiperiferia foi formulado por I. Wallerstein enquanto categoria intermédia entre as categorias polares do sistema mundial: os países centrais e os países periféricos. [...] Tal como nas diferentes sociedades se constituíram estratos ou classes intermédias entre as classes polares (burguesia e proletariado), as chamadas classes médias, assim no sistema mundial se constituíram sociedades semiperiféricas entre a periferia e o centro (Santos, 1985:870).

Das formas de produção de não-existência legitimadas pelas racionalidades das sociedades modernas derivam cinco modos distintos, propostos por Santos (2006) a partir da metáfora da monocultura. O primeiro e, segundo o autor o mais poderoso, é a monocultura do saber e do rigor do saber. Diz respeito ao processo pelo qual a ciência moderna e da alta cultura são transformadas em critérios únicos de verdade e de qualidade estética (Santos, 2006:96). Tudo o que o cânone exclusivo de produção do conhecimento não legitima ou reconhece é declarado como inexistente (Santos,

³ Meneses (2008) define as epistemologias do sul como parte de três orientações fundamentais: aprender que existe o sul, aprender a ir para o sul, aprender a partir do sul e com o sul. Um conceito cunhado por Boaventura de Sousa Santos para dar conta da produção de inexistências de “outros” saberes excluídos pela racionalidade moderna. A constituição do norte e do sul ocorre mutuamente e dependentes dos processos históricos subjacentes a cada uma delas (Meneses, 2008:5). A autora refere que a colonização epistémica é a forma mais difícil de se evidenciar e de se construir uma crítica suficientemente abrangente.

⁴ Este processo de reducionismo da filosofia e cultura do oriente e do sul, acontece pela produção de culturas como não-existente, e não só. Os diferentes “sul” que há no ocidente e no norte, igualmente veem suas culturas tradicionais transformadas pelo cânone hegemónico (Santos, 2006:92).

2006:96).

A segunda forma, é a monocultura do tempo linear, ou seja, a concepção de que a história do mundo tem uma direção única e conhecida, classificada em progresso, desenvolvimento, modernização, globalização (Santos, 2006). Exemplificando este segundo ponto, os tempos se apresentam de formas variadas e assimétricas na história, o que distingue determinados povos e culturas. Se tomarmos por exemplo um encontro entre um técnico especializado e um membro de uma comunidade indígena, na definição apresentada por Santos (2006), a não-existência do membro da comunidade acontece pelo processo de reducionismo mencionado anteriormente, em que o indígena recebe marcadores sociais que o designa como o primitivo, o selvagem, o tradicional, o subdesenvolvido, o atrasado, o não-civilizado. Simultaneamente, as temporalidades nas comunidades indígenas, manifestas no tempo da caça, da pesca, da produção, da criação, da gestação, da socialização, da interação, da comunhão exercem uma forma de tempo e espaço que não são lineares, tampouco perceptíveis em outros contextos que não sejam o seu território natural (Santos, 2006). Por outro lado, são justamente estes tempos e estes espaços que os definem é que carecem de uma justa e adequada interpretação e tradução, dados os importantes contributos oriundos das práticas culturais indígenas para a gestão sustentável dos recursos naturais e do ambiente. E, portanto, a solução para as crises da chamada sociedade do risco poderá passar pela complementaridade entre as alternativas técnicas e as práticas herdadas historicamente pelas comunidades tradicionais.

A terceira forma desenvolvida por Santos (2006) fundamenta-se na monocultura da naturalização das diferenças, ou seja, é a atribuição de determinadas categorias à população, as quais naturalizam hierarquias, como no caso das categorias raciais e de classe. A quarta lógica que o autor apresenta é a lógica de escala dominante⁵, sendo que a escala primordial (global) torna todas as outras irrelevantes, ou a reprodução na lógica dos localismos globalizados e dos globalismos localizados. Por fim a quinta monocultura é designada pelo autor como os critérios de produção capitalista, em que os critérios de produtividade que melhor servem a produção capitalista não podem ser questionados. Todo o resto que está fora destes critérios assume a forma de não-existência, designadamente como improdutivo ou profissionalmente desqualificado (*idem*). A urgente necessidade de se pensar o conhecimento na sua variante satisfação e consequências, benefícios e impactos, fundamenta as críticas mais atuais desenvolvidas, e, ao nosso ver, abre espaço para que concepções mais emancipadoras e alternativas possam emergir.

3 PERSPETIVAS ALTERNATIVAS: A CO-PRODUÇÃO, A INOVAÇÃO E AS TECNOLOGIAS SOCIAIS

A existência de uma monocultura dos saberes e do rigor científico, do tempo linear, da

⁵ Santos (2006) refere a escala dominante como sendo a escala global e universal.

naturalização das diferenças, da escala dominante e da produção capitalista, tem vindo a ser contestada e outros tipos de conhecimento vão sendo reivindicados (Santos, 2006). Um exemplo é a abordagem que ultrapassa a condição de um conhecimento neutro, para um conhecimento situado. É o caso das propostas de rearticulação entre conhecimentos que assumem novas formas de um *ethos* redistributivo de reconhecimento, participação e justiça, proposto por Santos (2006) e Fraser (2006). Este enfoque permite o estabelecimento de interações saudáveis entre o ser humano, a sociedade e formas mais adequadas para se pensar ciência e tecnologias nos tempos atuais (Dagnino, 2004).

Essas interações são abordadas no âmbito de conceitos como o de co-produção. Um conceito que se reveste de uma crítica à ideologia realista que persistentemente separa os domínios da natureza, fatos, objetividade, razão e política, daqueles relacionados com a cultura, valores, subjetividade, emoção e política (Jasanoff, 2004). A co-produção, entre outras questões, defende a não separação dos sistemas técnicos dos sistemas sociais e, portanto, os processos políticos são moldados por aspetos técnicos, da mesma forma que as definições técnicas são produzidas também por pressões e poderes sócio-políticos (Jasanoff, 2004; Fonseca, 2014).

Dada a complexidade da interação entre a produção do conhecimento científico e a produção e manutenção da ordem social, as fronteiras entre comunidades cívicas e científicas, quando falamos das dinâmicas de produção e transformação, não são coerentemente identificáveis (Jasanoff, 2004; Fonseca, 2014). A sua identificação exige um olhar para além, que só pode ser feito se a complexidade de fenómenos sociotécnicos presentes for considerada (Jasanoff, 2004). E ainda, ter-se em conta a forma como as relações de poder interferem nas condições sociais e técnicas de produção do conhecimento.

A necessidade de introdução de novas formas de co-construção de saberes contribui para se pensar a inclusão social também na produção de conhecimento. Um exemplo de aplicação prática dessa relação é o emergir de conceitos como o de inovação social e em particular o de tecnologias sociais, este último originado em experiências de desenvolvimento das tecnologias na Índia e República Popular da China, e depois adaptado e conceituado no ocidente (Thomas, 2004:32). Alguns autores defendem o seu surgimento derivado de outras designações como tecnologia apropriada (Dagnino, 2004). Outro conceito mais recente, o de inovação social, parte da noção de que as práticas sociais, o saber fazer e as experiências também produzem conhecimentos significativos que contribuem para a sua consolidação nas comunidades. E, portanto, estes saberes científicos e não científicos devem dialogar e encontrar condições para a sua reprodução social.

De um modo geral, o diálogo entre saberes no âmbito da perspectiva alternativa aqui trazida, refere-se a processo de reconhecimento de saberes, atores e redes, que os torna co-produtores de conhecimento, sem que isto altere suas particularidades, sua autonomia e os seus conhecimentos anteriores. Santos (2006) descreve esta interação como a possibilidade de uma ecologia de saberes,

fundada no reconhecimento da heterogeneidade de saberes e dinâmicas, uma resposta à monocultura do saber referida na secção anterior.

A inovação social também fornece capacidades analíticas para potenciar novos processos de organização e produção do conhecimento pela via do engajamento e participação pública. Um exemplo paradigmático a nível europeu são os chamados *Science Shops*⁶, uma plataforma voltada para criação de uma ciência a serviço do povo. Os *Science Shops* se distinguem dos modelos tradicionais de produção científica, pois assumem-se como entidades voltadas para a realização de pesquisas científicas em prol dos cidadãos e da sociedade civil. Procuram, assim como no caso das Tecnologias Sociais (TS), responder às necessidades dos cidadãos, e estão, em alguns casos, baseados nas universidades. Utilizam o conceito de “demanda social” para o conhecimento, potencializando a comunicação da sociedade civil com as universidades e centros de pesquisa (Living Knowledge, 2016).

4 A REGENERAÇÃO URBANA BASEADA EM SOLUÇÕES PELA NATUREZA: O CASO DO PROJETO URBINAT

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA PARA A INOVAÇÃO NA REGENERAÇÃO URBANA

Não por acaso a interligação de temas como o desenvolvimento urbano, a sustentabilidade, a inclusão social intensificou-se na última década, sobretudo diante dos desafios e das crises sociais mais contemporâneas. A adoção da Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis, assinada em 2007, é um exemplo da centralidade destas questões no desenvolvimento territorial urbano. A declaração, que foi assinada por 27 ministros europeus, surge como um importante auxílio das cidades na resolução de problemas sociais e demográficos, do envelhecimento, das alterações climáticas e da mobilidade, propondo um desenvolvimento territorial integrado e policêntrico (Fórum das Cidades, 2016).

A Nova Agenda Urbana adotada em 20 de outubro de 2016 por ocasião da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável – Habitat III, realizada em Quito, no Equador, também visa a inclusão social como orientação chave na urbanização sustentável pelos próximos 20 anos⁷.

Da mesma forma, os programas desenvolvidos pela União Europeia, no âmbito do Programa Quadro Comunitário Horizonte 2020, procuram focalizar o desenvolvimento inclusivo das cidades, nomeadamente através do investimento no desenvolvimento de soluções baseadas na natureza para uma regeneração urbana inclusiva, incluindo a regeneração dos bairros desfavorecidos, ou áreas

⁶ Constituem-se um importante agente da pesquisa baseada na comunidade, criando pontes de diálogo entre os atores da investigação e os cidadãos. Cf. <http://www.livingknowledge.org/livingknowledge/science-shops>

⁷ <https://habitat3.org/the-new-urban-agenda>

negligenciadas ou abandonadas⁸.

Deste modo, o tema da regeneração urbana não é novo no âmbito da Comissão Europeia (CE). Outros programas, tais como o “Urban Community Initiative” já tiveram-no como objetivos no quadro das políticas regionais da União Europeia (EU) durante os períodos 1994-1999 e 200-2006. Os objetivos gerais do programa estavam relacionados com a necessidade de ter medidas contra a perda de qualidade de vida em determinadas partes das cidades e agir para a promoção da socioeconomia e da revitalização ambiental de áreas urbanas com dificuldades⁹. Neste contexto, e a partir do diagnóstico sobre as múltiplas carências e a exclusão social, a EU prioriza uma abordagem integrada que assegure a participação dos cidadãos¹⁰. Algumas avaliações desse programa anterior levam a considerar hoje a evolução das iniciativas da EU que focam no desenvolvimento inclusivo das cidades, nomeadamente nos seus componentes inovadores na medida em que “*Urban revitalization or regeneration is not only a matter of land use, built environment or social housing and planning, certainly, is not enough. New ideas are needed*”.

Neste sentido, a proposta do projeto URBiNAT está orientada para os esforços e ambições da UE no avanço da regeneração urbana alinhada com novas ideias, através da inovação com NBS. A proposta também concentra avanços nos seguintes aspetos inovadores: a participação efetiva dos cidadãos através de co-produção com base em ferramentas artísticas, o desenvolvimento local baseado em ações culturais e economia social e solidária. Como objetivos específicos, o URBiNAT pretende: alcançar novos modelos de desenvolvimento urbano numa abordagem de soluções baseadas na natureza para a regeneração urbana inclusiva; melhorar as condições de vida e de coesão social nas cidades europeias, considerando todas as dimensões do capital urbano, fundamentado numa conceção inovadora, mais ampla e holística da sustentabilidade; e finalmente, contribuir para a disseminação global de soluções baseadas na natureza para a regeneração urbana inclusiva com base em experiências inovadoras da EU¹¹.

4.2 A ARTE E A CULTURA COMO FERRAMENTAS INOVADORAS DE CO-PRODUÇÃO

A arte e a cultura são assumidas no contexto do projeto como uma ferramenta fundamental na identificação e valorização de todas as dimensões do capital urbano, incluindo a natureza. Os

⁸ <http://ec.europa.eu/research/participants/portal/desktop/en/opportunities/h2020/topics/scc-02-2016-2017.html>

⁹ Gutiérrez Palomero, Aaron (2010). “La iniciativa comunitaria URBAN como ejemplo de intervención integral en barrios periféricos con dificultades: una lectura a partir del caso de Clichy-sous-Bois / Montfermeil (Île-de-France)”. Revista Ciudades: Revista del Instituto Universitario de Urbanística de la Universidad de Valladolid, ISSN 1133-6579, Nº. 13, 2010 (Exemplar dedicado a: Rehabilitación de barrios periféricos: debates y desafíos), pags. 61-82. Retrieved from <http://uvadoc.uva.es/handle/10324/10313>

¹⁰ Drewe, P. & E.D. Hulsbergen (2007). “Social Innovation in Urban Revitalization – it might be a new experience”; in: Schrenk, M., V.V. Popovich & J. Benedikt (eds), REAL CORP 007 Proceedings / Tagungsband Vienna, 20-23 May 2007, pp.737-744. http://www.corp.at/archive/corp2007_DREWE.pdf

¹¹ O consórcio internacional do projeto Urbinat é composto por 6 Estados-membros da União Europeia, a saber. Portugal, França, Dinamarca, Suécia, Itália e Eslovénia. Integra ainda em sua rede internacional cidades de outros países fora da União Europeia. Cada país possui uma rede local composta por centros de investigação, organizações de base comunitária, câmaras municipais e médias e pequenas empresas (PMEs).

processos e atividades artísticas abordam a complexidade da sustentabilidade urbana a partir de metodologias que convocam dimensões mais sensíveis do que racionais, com maior capacidade mobilizadora quer para mudanças pessoais, de comportamentos e de paradigmas, quer para alavancar discussões e ações coletivas alternativas.

A posição da cultura na sustentabilidade local vem sendo reiterada em literatura recente. Quer enquanto processo-carácter onde se movem sistemas de valores, poder e fluxo económico (Anheier & Hoelscher, 2015), quer enquanto atividade cultural focada nos processos artísticos que podem “criar novos espaços de diálogo e favorecer novas formas de pensamento”, a participação na cultura pode catalisar mudanças na consciência e no conhecimento coletivos (Kangas & Sokka, 2015). O *artivismo* pode ter impactos e contributos importantes no revigoramento da vida, identidade e sustentabilidade social das comunidades locais (Dragičević *et al.*, 2015).

Neste alinhamento em que a participação dos cidadãos na cultura pode contribuir significativamente para trajetórias de desenvolvimento local mais sustentáveis (Duxbury, 2013), o projeto URBiNAT irá desenvolver uma ferramenta de sistematização que envolva as comunidades na identificação e registo dos bens culturais locais, informação que posteriormente fundamentará os processos estratégicos e de planeamento das iniciativas. Esta ferramenta, a ser consolidada enquanto mapeamento, promoverá novas formas de descrever os recursos naturais tangíveis e intangíveis, qualitativos ou quantitativos, situados nas comunidades e nos lugares de intervenção. É também uma importante trajetória do mapeamento cultural das comunidades tradicionais envolvidas como forma de empoderamento e contra-mapeamento.

O contra-mapeamento refere-se ao processo pelo qual as comunidades desafiam os mapas formais, apropriando-se das técnicas de representação e criando seus próprios mapas. Ambos os processos alternativos de mapeamento e o mapa visualizados são vistos como atos de resistência, e em contextos de relações de poder desiguais podem servir para articular e promover vozes e perspectivas marginalizadas na sociedade.

O Teatro do Oprimido (TO) é outra das técnicas a ser utilizada no âmbito do projeto. Ela é aplicável a inúmeras questões sociais complexas e orientada para ações pela mudança social. Prevê-se a sua aplicação enquanto ferramenta de ensino baseada na comunidade popular e como ferramenta para a mudança social. Tem como ponto de partida o enquadramento teórico e das técnicas desenvolvidas pelo diretor, artista e ativista Augusto Boal. Embora tenha sua origem no contexto revolucionário camponês com as populações da América Latina, atualmente o Teatro do Oprimido é utilizado um pouco por todo o mundo enquanto ferramenta de ativismo social e político na resolução de conflitos, construção da comunidade e exercício de governação e legislação. Inspira-se na visão de Paulo Freire sobre a educação e a Pedagogia do Oprimido, convidando os participantes ao pensamento crítico, análise e reflexão sobre o contexto social em que vivem.

Finalmente, pretende-se ainda aplicar a técnica do *PhotoVoice* para melhor compreender a comunidade e apoiar no planejamento dos projetos de NBS. Trata-se de um método que combina a fotografia com a ação social, em que os participantes são envolvidos e convidados a representar suas comunidades ou pontos de vista através de cenas fotografadas que destacam os temas que pretendem abordar. Os processos de interpretação e narrativas são construídas de forma colaborativa, e utilizadas para ajudar as comunidades a melhor entender as suas necessidades e abordagem social requerida. Também é vista como uma ferramenta de consulta à comunidade que procura trazer as perspectivas dos cidadãos para os processos de decisão política.

4.3 A CO-PRODUÇÃO E A ECONOMIA SOCIAL INOVADORA

4.3.1 A relação entre investigadores, técnicos especializados e comunidades na co-produção do conhecimento

A relação entre investigadores, técnicos especializados e membros das comunidades locais exige, cada vez mais, uma reflexão abrangente capaz de considerar a heterogeneidade de fatores que a define. Segundo Santos “a ciência, em geral, e as ciências sociais, em especial, atravessam hoje uma profunda crise de confiança epistemológica”, tendo-se tornado evidente nas últimas décadas o incumprimento das promessas progressistas da ciência, assim como o desperdício de experiências e atores sociais, que poderiam ter fortalecido os caminhos da emancipação social, como resultado da supressão ou marginalização dos conhecimentos não científicos (Santos, 2002:14-15). Esta crise também resulta do longo percurso de colonização epistémica que por via do reducionismo diferencia o “outro” inferiorizando-o por seu pertencimento social, cultural, político.

Por outro lado, Santos argumenta que o século XXI é promissor em termos de inovação científica, com a possibilidade de ciências multiculturais, ao se ter perfilado uma nova tendência: o reconhecimento de que há conhecimentos rivais alternativos à ciência moderna e de que, mesmo no interior desta, há alternativas aos paradigmas dominantes (Santos, 2002:15).

Coloca-se então a questão da posição dos investigadores, na medida em que foi abandonado na ciência moderna e nas ciências sociais o objetivo de luta por uma sociedade mais justa, tendo-se estabelecido barreiras entre ciência e política, conhecimento e ação, racionalidade e vontade, verdade e bem (Santos, 2002:18). Ou seja, a narrativa em torno da neutralidade científica camuflou as implicações históricas, sociais, políticas e culturais que envolvia o conhecimento. Santos considera mesmo que os cientistas (investigadores) são mercenários dos poderes vigentes, parte do problema, questionando a possibilidade de se construir formas de conhecimento mais comprometidas com a condição humana, de modo não eurocêntrico e não disciplinar (Santos, 2002:17-18).

É por isso que a reflexão crítica sobre o lugar em que o cientista se situa é fundamental para a valorização dos conhecimentos não científicos. Entendemos que Santos, ao incentivar o

reconhecimento e a valorização de outros saberes, sublinha uma abordagem diferente que o investigador precisa considerar na produção do conhecimento e na sua inter-relação com a comunidade para que possa contribuir a fazer avançar a emancipação social e a sua reinvenção. Santos qualifica estes conhecimentos de “senso comum emancipatório” e explica como, na parte de *As Vozes do Mundo*, de matéria-prima, objetos de investigação e não modos diferentes e autónomos de conhecer e transformar o mundo, passaram a emergir e a se autoapresentar com o apoio da ciência (Santos, 2008:16). Entendemos, portanto, que o investigador também pode contribuir “ao senso comum emancipatório” assumindo um papel de facilitador de processos.

Este contributo possível do investigador dialoga com a conceção de uma sociologia pública, definida por Michael Buroway como uma conversação com públicos, entendidos como pessoas que estão, elas próprias, envolvidas na conversação, com o objetivo de envolver múltiplos públicos de várias formas (Buroway, 2006:14-15, 49). O papel do pesquisador e a sua relação com a sociedade, em especial a civil, pode assumir “a ligação umbilical que conecta a sociologia ao mundo dos públicos, ressaltando o investimento particular da sociologia na defesa da sociedade civil, ela mesma oprimida pela dominação dos mercados e dos Estados” (Buroway, 2006:49).

Para tirar vantagem das oportunidades de relação com públicos e enfrentar os desafios de dominação, Rodríguez-Garavito abre as perspectivas metodológicas para as tecnologias da informação e comunicação como forma de promover colaborações horizontais entre pesquisadores-ativistas que gerem conhecimento útil às causas sociais em diferentes regiões do mundo, no âmbito do que ele designa por pesquisa-ação 2.0 (Rodríguez-Garavito, 2012).

O projeto URBiNAT desenvolve uma proposta de pesquisa-ação, de co-criação de soluções urbanas com base num intenso diálogo com as comunidades locais. Baseado em metodologias participativas com a comunidade e não para a comunidade, o projeto propõe-se a desenvolver um processo de co-criação coletiva assente na colaboração entre investigadores, técnicos especializados, atores e comunidades locais para a identificação e compreensão conjunta das questões-chave para a sua priorização, co-desenvolvimento, co-planeamento e co-implementação de soluções. O propósito é ter como produtos não só as soluções, em termos de produtos e serviços para a sustentabilidade urbana, mas também os processos que promovem comunidades comprometidas e envolvidas com o seu desenvolvimento, manutenção e monitorização.

4.3.2 Economia Solidária e Inovação social

O projeto URBiNAT¹² que ora é apresentado também está a ser desenhado numa lógica de inovação social. Para tal consideramos a inovação como a forma concreta de se pensar os problemas

¹² O desenho do projeto URBiNAT ocorreu entre 2016 e 2017. Entretanto, o projeto foi aprovado e encontra-se em fase de implementação desde 2018. Informações atualizadas podem ser acedidas em www.urbinat.eu

urbanos a partir da junção de diferentes ideias e aplicação de novos modelos. Baseia-se nos contributos processuais do Ciclo da Inovação - *The Open Book of Social Innovation (Young Foundation)* - que considera como sendo seis as fases do processo de inovação social¹³.

No projeto prevê-se ainda a promoção de iniciativas de economia social e solidária através da implementação de incubadoras nas cidades participantes. As estruturas de incubação permitirão tanto o desenvolvimento e aperfeiçoamento das soluções identificadas, como a promoção de atividades económicas. No que concerne as atividades económicas, o modelo de incubação do URBiNAT pretende promover o desenvolvimento de produtos e serviços com valor e impacto social orientados tanto para formas de empreendedorismo social, quanto para iniciativas económicas solidárias coletivas.

Tal como no ciclo de inovação social, as soluções integradas no eixo de economia social e solidária, nomeadamente a implementação de incubadores locais, reúnem características metodológicas que podem ser facilmente replicadas em outros contextos, observando a dinâmica específica de cada região. As incubadoras de economia social e solidária reunirão diferentes atores, criando um sistema de conhecimento aberto e inovador, como mecanismo de resposta aos efeitos decorrentes dos problemas sociais e das crises ecológicas, acima de tudo assume como premissa a associação de conhecimentos científicos pela relação de interconhecimento com saberes das comunidades locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem da regeneração urbana através de soluções baseadas na natureza está alinhada com a tónica política mais atual, em que se considera todas as dimensões do capital urbano, numa conceção mais holística da cidade. Esta perspetiva fundamenta a proposta do projeto URBiNAT, a qual assume como elemento central a ligação das pessoas à cidade, ao meio e entre si. O objetivo é a regeneração e integração de bairros desfavorecidos, com base num modelo de desenvolvimento urbano inovador inspirado na natureza, na reinvenção da sustentabilidade e na participação das pessoas. Trata-se do resgate do potencial das comunidades e da necessidade de se pensar novas ideias aos novos desafios.

A regeneração urbana como elemento central surge pelo fato de que as condições da

¹³ As seis fases do processo de Inovação Social são compostas pelos seguintes elementos: impulso, inspiração e diagnóstico, fase orientada para identificação do problema e de todos os fatores que podem impulsionar e iluminar a inovação; propostas e ideias, momento em que são desenhadas as propostas mais adequadas para os fatores analisados na fase de diagnóstico; protótipo e piloto, etapa em que as ideias são testadas na prática e as medidas são afinadas para o melhor resultado; sustentabilidade é a fase em que as ideias estão presentes nas práticas diárias, prevê-se a sustentabilidade financeira a longo prazo e a institucionalização (organizacional, políticas públicas); difusão em escala, são analisadas as condições de transferibilidade, visando as condições de crescimento e disseminação da inovação; e a mudança sistémica, esta etapa pressupõe o envolvimento com diferentes elementos, como movimentos sociais, legislação, infraestrutura, geralmente pretende-se novos quadros ou arquiteturas, um novo modo de “fazer” (Murray, Caulier-Grice & Mulgan, 2010).

arquitetura urbana e ambiental, especialmente em zonas urbanas massificadas, tendem a degradar-se, e, portanto, exigem respostas sociais integradas para diferentes problemáticas e em diferentes níveis. Isto ocorre seja pelas dificuldades estruturais dessas regiões nos processos de ordenamento do território, seja pela escassez de recursos materiais, seja pelos processos históricos que as excluem geograficamente por pertencerem a determinados grupos sociais.

Por outro lado, encontramos nessas áreas um forte potencial endógeno de organização coletiva, de criatividade, e de participação cívica. E é este potencial que busca-se explorar na co-produção de soluções. As técnicas que aqui foram apresentadas procuram consolidar processos de reconhecimento de saberes, atores e redes e transformá-los em co-produtores das soluções. Esta abordagem reconhece as suas particularidades e propõe não uma monocultura de saberes baseadas em relações verticais, mas no encontro de diferentes saberes fundamentados numa lógica plural, dinâmica e ecológica.

Com efeito, importa evidenciar que o papel do investigador e do técnico especializado como sendo o de produzir conhecimentos híbridos em conjunto com a comunidade, os quais sirvam tanto aos interesses acadêmicos científicos, como aos interesses da própria comunidade. Portanto, conhecimentos que nascem do encontro e interação de vários outros modos de fazer e saber, e devidamente apropriados pela comunidade, que poderá utilizar estes saberes híbridos nas mais diferentes formas e conteúdos. Finalmente estes saberes só farão eco nas comunidades se estiverem suficientemente abertos aos potenciais da participação comunitária circunscritos nas zonas urbanas massificadas.

REFERÊNCIAS

- Anheier, H. K. & Hoelscher, M. (2015). Cultural access and activation: Civic participation in local sustainable communities. In S. Hristova, M. Dragičević Šešić, and N. Duxbury (eds.), *Culture and sustainability in European cities: Imagining Europolis*. London: Routledge, 17-31
- Beck, U. (1992). *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage Publications.
- Berger, P.; Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade: um tratado da sociologia do conhecimento*. Trad. Ernesto de Carvalho. Lisboa: Dinalivro.
- Buroway, M. (2006). "Por uma sociologia pública". *Política & Trabalho*, n. 25, outubro de 2006, 9-50. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/issue/view/682/showToc> [acesso em 11 de dezembro de 2016].
- Dagnino, R. (2004). *Tecnologia Social - Uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil.
- Dragičević Šešić, M., Brkić, A., and Matejić, J. (2015). Urban neighbourhoods: Public art as a tool for rebuilding identity and sustainable development. In S. Hristova, M. Dragičević Šešić, and N. Duxbury (eds.), *Culture and sustainability in European cities: Imagining Europolis*. London: Routledge, 193-205
- Duxbury, N. (ed.). (2013). *Animation of public space through the arts: Toward more sustainable communities*. Coimbra: Almedina.
- Feenberg, A. (2010). Andrew Feenberg: racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia. In *Racionalização democrática, poder e tecnologia* (pp. 105-128). Brasília: Observatório do movimento pela tecnologia social na América Latina / CDS-UNB.
- Fonseca, P. F. C. (2014). Traduzindo o desenvolvimento responsável da nanotecnologia: reflexões sociotécnicas a partir de casos no Brasil e em Portugal. Tese de doutoramento da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/25993>
- Fórum das Cidades (2016). Carta de Leipzig, 2007. Disponível em: <http://www.forumdascidades.pt/?q=content/carta-de-leipzig-2007> [Acesso em 09 de dezembro de 2016]
- Fraser, N. (2006). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça numa era pós - socialista. *Cadernos de Campo*, 14/15, 232 - 239
- Kangas, A., & Sokka, S. (2015). Cultural access and activation: Civic participation in local sustainable communities. In S. Hristova, M. Dragičević Šešić, and N. Duxbury (eds.), *Culture and sustainability in European cities: Imagining Europolis*. London: Routledge, 141-153
- Rodríguez-Garavito, C. (2012). Investigación-Acción 2.0: Un nuevo mapa para los investigadores-activistas en un mundo multimedia. In *Cátedra Boaventura de Sousa Santos de Ciências Sociais, 11 de dezembro de 2012, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*. Conferência. Vídeo. Coimbra: Alice. Disponível em: <http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/ecuador/cesar-rodriguez-garavito-action-research-2-0/?lang=pt> [acesso em 3 de setembro de 2015].
-

- Jasanoff, S. (2004). *States of knowledge: the co-production of science and social order*. London: Routledge.
- Jessop, B., Fairclough, N., & Wodak, R. (2008). *Education and the knowledge - based economy in Europe*. United Kingdom: Lancaster University.
- Living Knowledge (2016). *Living Knowledge – The International Science ShopNetwork*. Site consultado em 01 de dezembro de 2016. <http://www.livingknowledge.org/>
- Meneses, M. P. (2008). Epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 80, pp. 5-10.
- Murray, R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G. (2010). *The open book of social innovation*. Young Foundation.
- Oliveira, M. B. (2003). Considerações sobre a neutralidade da ciência. *Trans/form/ação*, 26, 161-172.
- Quijano, A. (2009). Colonialidade do poder e a classificação social. In B. S. Santos, & M. P. Meneses, *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina.
- Santos, B. de S. (1985) “O Estado e a sociedade na semiperiferia do sistema mundial : o caso português” *Análise social*. n. 87-88-89, v. 21, 869-901. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223479107H2nRJ8ke6Mb18LZ4.pdf> [Acesso em 11 de dezembro de 2016].
- Santos, B. de S. (Org.) (2002) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, B. de S. (2006). *A gramática do tempo – para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento, pp. 87-155.
- Santos, B. de S. (Org.) (2008) *As Vozes do Mundo*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. de S. (2010). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.
- Thomas, H. E. (2009). Tecnologias para inclusão social e políticas públicas na América Latina. In: Otterloo, A. et. al *Tecnologias sociais Caminhos para a sustentabilidade*, pp. 25-82. Brasília / DF: s.n.